

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR: AVANÇOS HISTÓRICOS, DESÁFIOS CONTEMPORÂNEOS PERSPECTIVAS PARA UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA E ACESSÍVEL



SPECIAL EDUCATION AND SCHOOL INCLUSION: HISTORICAL ADVANCES, CONTEMPORARY CHALLENGES, AND PERSPECTIVES FOR A DEMOCRATIC AND ACCESSIBLE SCHOOL

BRUNA MARIANA PEREIRA VAZ

Graduação em Pedagogia pela Universidade Bandeirante de São Paulo – Anhanguera Educacional (2009); Licenciatura em Letras – Português/Inglês pelo Centro Universitário FAVENI – UNIFAVENI (2023); Especialista em Psicopedagogia Clínica e Educacional pela Universidade Dom Bosco (2015); Especialista em Neuro aprendizagem (2022); Especialista em Neuropsicopedagogia (2022); Especialista em Letramento e Alfabetização (2022); Especialista em Educação Infantil pela FAPETEC (2023). Professora de Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de São Paulo – CEU CEI Cantos do Amanhecer; Professora na EMEB Edson Mambelli, em Taboão da Serra/SP.

RESUMO

O presente artigo aborda os aspectos conceituais da Educação Especial e da educação inclusiva no Brasil, destacando sua trajetória histórica, avanços legais e desafios contemporâneos para a efetivação de uma escola verdadeiramente inclusiva. Discute-se a evolução das concepções sobre deficiência, inicialmente marcadas por práticas assistencialistas e segregadoras, até a consolidação de uma perspectiva baseada nos direitos humanos e na valorização da diversidade. São analisados marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e a Declaração de Salamanca (1994), que contribuíram para a garantia do direito à educação para todos. O estudo também evidencia a importância da formação docente, da reorganização curricular e do trabalho colaborativo entre escola, família e equipe multiprofissional no processo de inclusão escolar. Conclui-se que, apesar dos avanços, ainda existem desafios estruturais, pedagógicos e formativos que precisam ser superados para a consolidação de uma educação inclusiva, democrática e de qualidade.

Palavras-chave: Ludicidade; Educação Infantil; Educação Inclusiva; Jogos e Brincadeiras; Desenvolvimento Infantil

ABSTRACT

This article addresses the conceptual aspects of Special Education and inclusive education in Brazil, highlighting their historical trajectory, legal advancements, and contemporary challenges in realizing a truly inclusive school environment. It discusses the evolution of concepts regarding disability—initially characterized by welfare-oriented and segregating practices—leading to the consolidation of a perspective grounded in human rights and the valuing of diversity. Key legal frameworks are analyzed, such as the 1988 Federal Constitution, the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB No. 9.394/96), and the Salamanca Statement (1994), all of which contributed to guaranteeing the right to education for all. The study also underscores the importance of teacher training, curricular reorganization, and collaborative work among schools, families, and multidisciplinary teams within the school inclusion process. It concludes that, despite the progress made, structural, pedagogical, and training-related challenges remain and must be overcome to consolidate an inclusive, democratic, and high-quality education system.

Keywords: Playfulness; Early Childhood Education; Inclusive Education; Games and Play; Child Development

INTRODUÇÃO

A Educação Especial e a educação inclusiva constituem importantes campos de estudo e atuação pedagógica, fundamentados nos princípios da igualdade, da equidade e do respeito à diversidade humana. Ao longo da história, as pessoas com deficiência enfrentaram diferentes formas de exclusão social e educacional, sendo frequentemente privadas do acesso aos direitos básicos de cidadania. Durante muitos séculos, predominou uma visão assistencialista e segregadora, que compreendia a deficiência como uma condição de incapacidade e dependência, justificando o afastamento dessas pessoas dos espaços de convivência social, cultural e escolar. Essa realidade contribuiu para a construção de barreiras que limitaram o desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional de milhões de indivíduos.

A partir do século XX, especialmente após os movimentos internacionais em defesa dos direitos humanos, iniciou-se um processo de transformação nas concepções sobre deficiência e inclusão. Gradativamente, a sociedade passou a reconhecer que as limitações enfrentadas pelas pessoas com deficiência não decorrem apenas de suas características individuais, mas também das barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais impostas pelo meio social. Essa mudança de paradigma favoreceu o surgimento de novas políticas públicas voltadas à promoção da acessibilidade, da participação social e da garantia dos direitos educacionais desse público.

No Brasil, a trajetória da Educação Especial é marcada por avanços significativos, impulsionados por movimentos sociais, organizações da sociedade civil e legislações que passaram a assegurar o direito à educação para todos. Instituições como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais

(APAEs), criadas na década de 1950, desempenharam papel relevante na ampliação do atendimento às pessoas com deficiência. Entretanto, embora tenham contribuído para o acesso à educação em determinado contexto histórico, essas instituições atuavam em uma perspectiva paralela ao ensino regular, reforçando modelos segregacionistas que hoje vêm sendo gradativamente substituídos por propostas inclusivas.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um marco na consolidação dos direitos educacionais das pessoas com deficiência, ao estabelecer a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) fortaleceu esse compromisso ao determinar que o atendimento educacional às pessoas com deficiência ocorresse, preferencialmente, na rede regular de ensino. Além disso, documentos internacionais, como a Declaração de Salamanca (1994), contribuíram significativamente para a construção de uma nova compreensão acerca da inclusão escolar, defendendo o direito de todas as crianças aprenderem juntas, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou culturais.

Nesse contexto, a educação inclusiva emerge como uma proposta pedagógica fundamentada na valorização das diferenças e na construção de ambientes educacionais capazes de acolher a diversidade humana. Mais do que garantir o acesso à escola, a inclusão busca assegurar condições efetivas de permanência, participação e aprendizagem, reconhecendo que cada estudante possui características, necessidades e potencialidades próprias. Dessa forma, a escola inclusiva deve promover práticas pedagógicas flexíveis, acessíveis e significativas, capazes de atender às múltiplas formas de aprender presentes no ambiente escolar.

Outro aspecto relevante refere-se à importância das linguagens corporais no processo de inclusão educacional. O corpo constitui um dos principais instrumentos de interação da criança com o mundo, sendo fundamental para a construção da identidade, da autonomia, da comunicação e da aprendizagem. Autores como Piaget, Vygotsky e Ana Mae Barbosa destacam que as experiências corporais, artísticas e expressivas favorecem o desenvolvimento cognitivo, afetivo, motor e social dos estudantes. Nesse sentido, atividades como dança, teatro, jogos simbólicos, expressão corporal e artes visuais tornam-se recursos pedagógicos importantes para ampliar as possibilidades de participação e aprendizagem dos alunos com deficiência.

Da mesma forma, a inclusão escolar de estudantes com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) exige a adoção de práticas pedagógicas diferenciadas e o fortalecimento do trabalho colaborativo entre professores, gestores, famílias e equipes multiprofissionais. A construção de uma escola inclusiva requer formação continuada dos profissionais da educação, adequação curricular, acessibilidade e desenvolvimento de metodologias que respeitem os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. Assim, a inclusão deixa de ser uma responsabilidade individual do professor e passa a constituir um compromisso coletivo de toda a comunidade escolar.

Diante desse cenário, torna-se fundamental aprofundar as discussões acerca dos aspectos conceituais da Educação Especial e da inclusão, compreendendo sua evolução histórica, seus

fundamentos legais e seus desafios contemporâneos. Refletir sobre essas questões possibilita compreender a importância da construção de práticas educacionais mais humanizadas, democráticas e inclusivas, capazes de promover o desenvolvimento integral de todos os estudantes e contribuir para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e comprometida com a valorização da diversidade humana.

Por fim, este estudo tem como objetivo analisar os aspectos conceituais da Educação Especial e da educação inclusiva, destacando sua trajetória histórica, a importância das linguagens corporais no processo de aprendizagem e os desafios relacionados à inclusão escolar de estudantes com Transtornos Globais do Desenvolvimento. Busca-se, ainda, evidenciar a necessidade de fortalecimento das políticas públicas, da formação docente e das práticas pedagógicas inclusivas como elementos essenciais para a consolidação de uma educação de qualidade para todos.

ASPECTOS CONCEITUAIS A CERCA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO

A historicidade da Educação Especial e da educação inclusiva no Brasil é marcada por inúmeros desafios, transformações sociais e avanços legislativos que evidenciam a constante necessidade de reorganização das práticas educacionais voltadas às pessoas com deficiência. Durante muitos anos, as pessoas com deficiência foram excluídas dos espaços sociais e educacionais, sendo vistas sob uma perspectiva assistencialista, segregadora e, muitas vezes, preconceituosa. A deficiência era compreendida como incapacidade, o que contribuiu para o isolamento social desses indivíduos e para a negação de direitos fundamentais, entre eles o direito à educação.

Historicamente, as primeiras iniciativas voltadas ao atendimento das pessoas com deficiência ocorreram por meio de ações filantrópicas e assistenciais, geralmente promovidas por instituições religiosas e organizações beneficentes. Essas práticas possuíam caráter caritativo e médico, buscando “corrigir” ou “adaptar” o indivíduo à sociedade, sem considerar suas potencialidades e direitos enquanto sujeito social. Nesse período, predominava a ideia de que pessoas com deficiência deveriam permanecer em instituições especializadas, afastadas do convívio social e escolar comum.

Somente a partir do processo de industrialização brasileira, especialmente na década de 1930, começaram a surgir discussões mais significativas acerca da necessidade de qualificação profissional e inclusão social dessas pessoas. O crescimento econômico e a expansão do mercado de trabalho impulsionaram a criação de instituições voltadas à formação profissional, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), responsáveis pela preparação de trabalhadores para atender às demandas econômicas e industriais do país. Nesse contexto, percebeu-se a necessidade de incluir diferentes grupos sociais nos processos de formação profissional, incluindo pessoas com deficiência, embora ainda de maneira bastante limitada.

Entretanto, apesar dos avanços relacionados à formação profissional, as pessoas com deficiência continuavam à margem do sistema educacional regular. A ausência de políticas públicas efetivas voltadas à inclusão escolar fez com que instituições filantrópicas, organizações religiosas e Organizações

Não Governamentais (ONGs) assumissem o papel de oferecer atendimento educacional, clínico e assistencial a esse público. Essas instituições desempenharam importante função social ao atender pessoas que até então estavam excluídas dos espaços educacionais. Contudo, atuavam de forma paralela ao ensino regular, reforçando uma lógica de segregação educacional, na qual os estudantes com deficiência eram encaminhados para escolas e classes especiais, afastados da convivência com os demais alunos.

Foi nesse cenário que surgiu, em 1954, o movimento das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), considerado um marco histórico para a Educação Especial no Brasil. Inspirada na National Association for Retarded Children, dos Estados Unidos, a APAE passou a oferecer atendimento educacional, terapêutico e assistencial às pessoas com deficiência intelectual. A criação dessas associações representou um avanço significativo para a época, pois proporcionou maior visibilidade às pessoas com deficiência e ampliou as discussões sobre a necessidade de políticas públicas específicas para esse público. Além disso, a mobilização das famílias contribuiu para fortalecer a luta pelos direitos das pessoas com deficiência e pela ampliação do acesso à educação.

Nas décadas seguintes, especialmente a partir dos movimentos sociais e das discussões internacionais sobre direitos humanos, novas concepções acerca da deficiência começaram a surgir. A visão médica e assistencialista foi gradativamente substituída por uma perspectiva social e inclusiva, que compreende a deficiência não como limitação individual, mas como resultado das barreiras impostas pela sociedade. Dessa forma, passou-se a defender que as pessoas com deficiência têm direito à participação plena em todos os espaços sociais, inclusive na escola regular.

No Brasil, importantes avanços legais fortaleceram a educação inclusiva. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, garantindo igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96 reforçou o direito das pessoas com deficiência à educação preferencialmente na rede regular de ensino, promovendo mudanças significativas nas políticas educacionais brasileiras.

Além disso, documentos internacionais como a Declaração de Salamanca (1994) contribuíram fortemente para o fortalecimento das políticas inclusivas, ao defender que todas as crianças devem aprender juntas, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou culturais. A partir dessas influências, a inclusão escolar passou a ser compreendida como um processo que busca garantir acesso, permanência, participação e aprendizagem de todos os estudantes no ambiente escolar.

Segundo Ferreira e Ferreira (2004), a articulação entre instituições especializadas e a rede regular de ensino tornou-se fundamental para a construção de uma educação mais inclusiva e democrática. Os autores destacam que a inclusão escolar beneficia não apenas os estudantes com deficiência, mas toda a comunidade escolar, pois promove valores como respeito, empatia, solidariedade e valorização das diferenças humanas. O convívio entre alunos com e sem deficiência favorece o desenvolvimento social

e emocional de todos os envolvidos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e menos preconceituosa.

Nesse contexto, o papel da escola torna-se essencial na promoção da inclusão. A instituição escolar precisa adaptar suas práticas pedagógicas, reorganizar espaços, flexibilizar currículos e garantir acessibilidade física, pedagógica e comunicacional. A inclusão escolar exige uma mudança de paradigma, rompendo com modelos tradicionais de ensino baseados na homogeneização dos alunos. Conforme Mantoan (2003), a escola inclusiva deve reconhecer e valorizar as diferenças, compreendendo que cada estudante possui características, tempos e formas próprias de aprendizagem.

Outro aspecto relevante refere-se à formação continuada dos professores e profissionais da educação. Muitos educadores ainda se sentem inseguros diante das demandas da inclusão escolar, principalmente pela falta de preparo durante sua formação inicial. Dessa forma, torna-se fundamental investir em políticas públicas que garantam formação continuada, suporte pedagógico e condições adequadas de trabalho aos profissionais da educação. A inclusão não depende apenas da boa vontade do professor, mas de ações coletivas e estruturais que favoreçam práticas pedagógicas inclusivas e significativas.

Além disso, as concepções contemporâneas sobre Educação Especial apontam para a necessidade de um trabalho intersetorial envolvendo educação, saúde, assistência social e mercado de trabalho. A inclusão escolar deve estar articulada a políticas públicas capazes de garantir atendimento educacional especializado, acompanhamento multiprofissional, acessibilidade e oportunidades de participação social e profissional para as pessoas com deficiência. Assim, a inclusão deixa de ser responsabilidade exclusiva da escola e passa a constituir um compromisso coletivo da sociedade.

Portanto, percebe-se que a trajetória da Educação Especial e inclusiva no Brasil é resultado de lutas sociais, avanços legislativos e transformações culturais que buscam assegurar o direito à educação para todos. Apesar dos progressos alcançados, ainda existem desafios relacionados à efetivação das políticas inclusivas, à valorização dos profissionais da educação e à construção de práticas pedagógicas que respeitem as singularidades dos estudantes. Dessa forma, torna-se fundamental continuar investindo em ações que fortaleçam a inclusão escolar, promovam acessibilidade e garantam uma educação verdadeiramente democrática, humanizada e comprometida com a valorização da diversidade humana.

A IMPORTÂNCIA DAS LINGUAGENS CORPORAIS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

De acordo com a educadora Ana Mae Barbosa na abordagem triangular no ensino de artes em três eixos norteadores que consistem em: Contextualizar- conhecer a contextualização histórica, Fazer artístico- fazer arte, Apreciação artística- contemplação da obra de arte,

Esses eixos norteadores, usados atualmente na arte educação, contribuem significativamente no processo de construção do conhecimento da criança, pois através deles elas terão a capacidade de ler, interpretar diferentes tipos de linguagens e imagens tanto no universo artístico como na mídia.

Cada criança é única e na sala de aula onde há tantas descobertas a serem vividas, é nos professores que todas depositam confiança para iniciar a grande caminhada em direção ao mundo do conhecimento de si, do outro e de tudo a sua volta. Inicialmente a criança começa a observar o próprio corpo, buscando compreender a própria identidade.

“Valorizamos o corpo quando compreendemos que o ser humano se desenvolve plenamente por meio da sua existência motora/sensorial. Isso envolve a capacidade de movimentar-se e reconhecer o corpo como identidade pessoal”. Vazquez (op. Cit., p. 51)

Partindo desta análise pensamos no espaço escolar como facilitador no processo de aquisição do conhecimento de mundo, considerando que:” O movimento é traço de todas as atividades humanas” (CUNHA, org. p. 243)

De acordo com Piaget a construção do conhecimento se dá pela ação sobre as coisas, onde a criança interage com o objeto, dando novos significados, reconstruindo o mundo de acordo com o que já é capaz de entender. As fases do desenvolvimento são: Período sensório motor, que inicia a partir do nascimento até os dois anos, onde a criança relaciona tudo com o seu corpo. Existem três fases que compõem esse período que são:

Primeiros dois meses da vida, dados pela exploração sensorial da criança onde ela começa a conhecer o mundo por instintos e emoções.

Fase dos três até os seis meses: onde são desenvolvidos hábitos motores e dá-se início a organização da percepção motora, onde a criança começa a ver o mundo de maneira visual e auditiva.

Fase dos sete meses aos dois anos: caracteriza-se pela inteligência onde a criança vai aprimorar esquemas de ação na medida em que manipula objetos adquirindo conhecimento e estabelecendo relações entre eles. A partir desta fase a criança age de forma intencional para alcançar os objetivos, construindo categorias de ação.

Nos períodos seguintes as crianças passam a desenvolver noções de pensamentos, na área afetiva surgem sentimentos que indicam preferência ou indiferença, sucesso ou fracasso devido a sua consciência que começa a se desenvolver.

No período pré-operatório dividido em duas partes que variam entre dois até sete anos Piaget descreve o aparecimento e desenvolvimento da linguagem verbal (fala), na primeira parte a criança desenvolve o pensamento representativo como parte da função simbólica ampliando as possibilidades de comunicação da criança. Na segunda parte que vai dos quatro aos sete anos, tem como foco o raciocínio intuitivo onde a criança atribui vida aos objetos, imaginando que tudo possui vida.

Piaget propõe aos docentes que elaborem atividades que estimulem o movimento os sentidos, atenção, convívio em grupo e prática de jogos simbólicos.

Período operatório inicia-se aos sete anos onde é desenvolvida a formação das operações concretas e formais.

Partindo do conhecimento obtido de como a criança aprende e se desenvolve em cada etapa da infância, compreendemos que, isso implica na forma de como interage com o meio e os colegas na busca por interpretar o mundo em todas as áreas, principalmente quando estamos falando de movimento.

“É necessário enfatizar para a criança, desde pequena, que seu corpo se comunica, tem necessidades, desejos, possibilidades e que o melhor campo para explorá-las é pelo convívio harmonioso com seu corpo, estimulando-a a representar o mundo, aprendendo a sobreviver nele e a elaborar suas questões pelo viés da cultura, da arte e do conhecimento, contrabalançando uma forma de ver e estar no mundo que prioriza demasiadamente as experiências exatas e a racionalidade em detrimentos” (CUNHA, Suzana Rangel Vieira 2012, pag. 173).

A dança é também uma fonte de comunicação e de criação informada nas culturas. Por meio de atividades lúdicas, a dança contribui para a experimentação e a criação, no exercício da espontaneidade, para o desenvolvimento da criança no que se refere à consciência crítica e à construção de sua imagem corporal, fatores que são importantíssimos para o crescimento individual e a consciência social da criança. Nessas atividades coletivas, as improvisações em dança dão oportunidade para a criança experimentar a plasticidade de seu corpo, de exercitar suas potencialidades motoras e expressivas no seu relacionamento com os outros.

Quando interage o estudante pode reconhecer identificações e diferenças, sempre procurando entender e coordenar as múltiplas facetas e habilidades com o espírito de cooperação e de respeito. No planejamento de suas aulas, o professor deve levar em consideração o desenvolvimento motor da criança, observando suas ações físicas e habilidades naturais.

A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO

A inclusão escolar de alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) representa um dos maiores desafios enfrentados pelas instituições educacionais na contemporaneidade. Garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem significativa desses estudantes na escola regular exige mudanças estruturais, pedagógicas e atitudinais por parte de toda a comunidade escolar. Nesse contexto, a inclusão não se limita apenas à matrícula do aluno na rede regular de ensino, mas envolve a construção de práticas educativas capazes de respeitar as singularidades, potencialidades e necessidades específicas de cada estudante.

Para que a escola se torne verdadeiramente inclusiva, é necessário que toda a equipe escolar compreenda e implemente princípios fundamentados no respeito à diversidade, na valorização das diferenças e na promoção da equidade educacional. A inclusão escolar requer ações coletivas que favoreçam o desenvolvimento integral do aluno, possibilitando sua participação ativa nas atividades pedagógicas, sociais e culturais da escola. Dessa maneira, a instituição de ensino precisa criar estratégias que garantam não apenas a permanência física do estudante no ambiente escolar, mas também sua participação efetiva nos processos de aprendizagem e convivência social.

Entre os principais desafios enfrentados pelas escolas regulares na inclusão de alunos com TGD destacam-se a necessidade de formação continuada dos professores, a reorganização das metodologias de ensino, a adaptação curricular e a construção de práticas pedagógicas inclusivas. Segundo Salgado (2008) e Silva (2011), o professor exerce papel fundamental no desenvolvimento do processo inclusivo,

sendo responsável por mediar a aprendizagem e promover condições adequadas para o desenvolvimento global do estudante.

Conforme Libâneo, Oliveira e Toschi (2003), as atividades pedagógicas desenvolvidas no ambiente escolar possuem grande influência no desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos alunos. Dessa forma, o planejamento pedagógico precisa considerar as necessidades individuais dos estudantes com TGD, utilizando metodologias diversificadas, recursos adaptados e estratégias que favoreçam a participação e o aprendizado significativo.

Os dados apresentados nas pesquisas evidenciam que muitos profissionais da educação reconhecem a necessidade de formação específica para atuar com alunos com TGD. Uma das participantes da pesquisa destaca que “é preciso receber formação contínua”, evidenciando a preocupação dos educadores com o preparo profissional necessário para atender às demandas da inclusão escolar. Nesse sentido, Sassaki (2003) afirma que a formação continuada constitui um dos principais caminhos para o fortalecimento das práticas inclusivas, pois possibilita ao professor compreender melhor as especificidades dos alunos e desenvolver estratégias pedagógicas mais eficientes.

Entretanto, apesar do reconhecimento da importância da formação profissional, ainda é possível perceber o despreparo de muitos professores, coordenadores pedagógicos e demais profissionais da educação diante das demandas da inclusão escolar. Essa realidade reflete diretamente nas práticas pedagógicas e, muitas vezes, dificulta o processo de aprendizagem e socialização dos alunos com TGD. A ausência de formação adequada, aliada à falta de recursos pedagógicos e apoio institucional, gera insegurança nos educadores e limita a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Outro aspecto importante refere-se à necessidade de reorganização das metodologias de ensino. A escola inclusiva precisa romper com práticas tradicionais e padronizadas, compreendendo que os alunos aprendem de maneiras diferentes e em tempos distintos. Assim, torna-se fundamental desenvolver estratégias pedagógicas flexíveis, capazes de atender às especificidades dos estudantes com TGD, respeitando seus limites e potencializando suas habilidades.

Além disso, o apoio da família e da equipe multidisciplinar é indispensável para o sucesso da inclusão escolar. O trabalho articulado entre professores, gestores, coordenadores pedagógicos, psicólogos, fonoaudiólogos e familiares contribui para o desenvolvimento integral do aluno e fortalece o processo educativo. A inclusão escolar deve ser compreendida como responsabilidade coletiva, envolvendo toda a comunidade escolar na construção de um ambiente acolhedor, participativo e acessível.

Portanto, a inclusão escolar de alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento exige comprometimento, sensibilidade e constante reflexão sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas no ambiente escolar. Mais do que adaptar conteúdos, é necessário promover mudanças nas atitudes, nas relações e na organização da escola, garantindo que todos os estudantes tenham direito à aprendizagem, à convivência social e ao desenvolvimento de suas potencialidades. Assim, a educação

inclusiva contribui para a construção de uma sociedade mais democrática, humana e respeitosa às diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos aspectos conceituais, históricos e legais da Educação Especial e da educação inclusiva permite compreender que esse campo não é estático, mas resultado de um processo contínuo de transformações sociais, políticas e pedagógicas. Ao longo da história, observa-se uma mudança significativa na forma de compreender a deficiência, que deixa de ser vista exclusivamente sob uma ótica médica e assistencialista e passa a ser entendida como uma condição atravessada por fatores sociais, culturais e educacionais. Essa mudança representa um avanço importante na construção de uma sociedade que reconhece a diversidade como parte constitutiva da condição humana.

Nesse sentido, a consolidação da educação inclusiva no Brasil está diretamente relacionada às lutas sociais e aos marcos legais que garantiram o direito à educação para todos. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e a Declaração de Salamanca (1994) são fundamentais nesse processo, pois reafirmam o compromisso do Estado e da sociedade com uma educação democrática, acessível e equitativa. No entanto, a existência de leis, por si só, não garante a efetivação da inclusão, sendo necessário transformar essas diretrizes em práticas concretas no cotidiano escolar.

Apesar dos avanços conquistados, ainda se evidenciam inúmeros desafios para a implementação plena da inclusão escolar. Entre eles, destacam-se as barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais, além das dificuldades relacionadas à falta de recursos pedagógicos adequados e à insuficiente formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Esses elementos impactam diretamente o processo de ensino e aprendizagem, dificultando a participação efetiva dos estudantes com deficiência no ambiente escolar.

Outro ponto essencial refere-se à necessidade de resignificação das práticas pedagógicas. A escola inclusiva exige uma ruptura com modelos tradicionais de ensino baseados na padronização e na homogeneização dos estudantes, reconhecendo que cada sujeito aprende de maneira singular, em ritmos e condições distintas. Dessa forma, o planejamento pedagógico deve ser flexível, diversificado e centrado nas potencialidades dos alunos, e não apenas em suas limitações. O professor, nesse contexto, assume o papel de mediador do conhecimento, sendo responsável por criar estratégias que favoreçam a participação e o desenvolvimento de todos.

Além disso, a efetivação da inclusão escolar depende fortemente do trabalho coletivo e interdisciplinar. A participação da família, da equipe gestora, dos professores e de profissionais de outras áreas, como saúde e assistência social, é fundamental para garantir um atendimento mais completo e humanizado. A inclusão não pode ser compreendida como uma tarefa individual, mas como uma construção coletiva que envolve corresponsabilidade e compromisso social.

É importante destacar também que a inclusão escolar contribui não apenas para o desenvolvimento dos estudantes com deficiência, mas para toda a comunidade escolar. O convívio com a diversidade favorece a construção de valores como respeito, empatia, solidariedade e justiça social, promovendo uma formação mais humana e cidadã. Assim, a escola inclusiva se torna um espaço privilegiado de aprendizagem não apenas acadêmica, mas também ética e social.

Dessa forma, conclui-se que a Educação Especial e a educação inclusiva representam um campo em constante evolução, que exige reflexão crítica, compromisso político e investimento contínuo em políticas públicas educacionais. A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva ainda é um desafio, mas também uma necessidade urgente diante das desigualdades existentes. Caminhar em direção à inclusão significa romper com práticas excludentes, valorizar as diferenças e garantir que todos os estudantes tenham assegurado o direito de aprender, participar e desenvolver plenamente suas potencialidades. Assim, a inclusão escolar consolida-se como um princípio fundamental para a construção de uma sociedade mais democrática, justa e socialmente comprometida com a dignidade humana.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. CNE: Brasília, 2001. _____ **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em: 06 abril. 2022
- _____. **Lei e Diretrizes Básicas da Educação Nacional (LDB)**. Lei nº 9394/96. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 06 abril. 2026
- BUENO, J.G.S. **“A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular”**. Temas sobre o Desenvolvimento. São Paulo: vol.9, n.8, 2001, p. 21-27.
- CATÓLICA ON-LINE. **A Importância da Linguagem Corporal na Educação**, Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosn4v2/17-pedagogia.pdf>> acesso em: 06 abril. 2026
- CUNHA, Suzana Rangel Vieira. **As artes no universo infantil**. 2ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.
- FREIRE, João Batista. **De corpo e alma: o discurso da motricidade**. 3ed. São Paulo: Summus, 1991.
- FERREIRA, Maria Cecília C.; FERREIRA, Júlio R. **Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas**. In: GÓES, Maria Cecília R.; LAPLANE, Adriana Lia F de. Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas: Autores Associados, 2004.
- HAIDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de didática geral**. 2ed. São Paulo: Ática, 1995.
- MAZZOTTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1999.
- NOVA ESCOLA. **A Linguagem do corpo**, Disponível em: < <http://acervo.novaescola.org.br/arte/pratica-pedagogica/linguagem-corpo-429693.shtml>> acesso em: 06 abril. 2026

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. **Aprendendo a incluir e incluindo para aprender**. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2006.

PILLAR, Analice Dutra Pillar. **A educação do olhar no ensino das artes**. 8ed. Porto Alegre: Mediação 2014

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 4 ed. Rio SEDUC. **Linguagem Corporal Movimento Corporal na Escola** Rodolfo Trechaud Curvo, Disponível em:< <http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/Linguagem-Corporal-Movimento-corporal-na-Escola-Rodolfo-Trechaud-Curvo.aspx>> acesso em: 06 maio. 2026